

**HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA Nº 2.355 - ES
(2018/0310713-0)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
REQUERENTE : M L DA S
ADVOGADOS : SILVÂNI ALVES DA SILVA - DF011788
RENAN SILVA CARDOSO - DF043982
REQUERIDO : T T F

DECISÃO

M. L. da S. formulou pedido de homologação da sentença estrangeira proferida pelo Tribunal de 1ª Instância n. 66 de Madri, Espanha, que dissolveu seu casamento com T. T. F. e aprovou o acordo regulatório entre eles firmado.

A requerida anuiu ao pedido de homologação (fl. 9), o que dispensa o procedimento de citação.

O Ministério Público Federal não se opôs à homologação (fl. 37).

É o relatório. Decido.

Os documentos necessários à pretensão foram devidamente apresentados. Constatam dos autos a sentença estrangeira de divórcio (fls. 21-23), acompanhada de chancela consular brasileira e de tradução por profissional juramentado no Brasil (fls. 12-13), a comprovação do trânsito em julgado (fl. 12) e o acordo aprovado (fls. 24-29, tradução de fls. 13-20).

Assim, os pressupostos indispensáveis ao deferimento do pedido foram, pois, observados (arts. 216-C e 216-D do RISTJ). Ademais, a pretensão não ofende a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e a ordem pública nem os bons costumes (arts. 17 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e 216-F do RISTJ).

Ante o exposto, **homologo o título judicial estrangeiro de divórcio e estendo seus efeitos ao acordo nele aprovado.**

Expeça-se a carta de sentença.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

